



09ª Reunião Ordinária/2023

14 de dezembro de 2023

Formato Presencial

Auditório E09, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos

Horário: 14h – 16h30min

10

11

12 **PAUTA:**

13

14 1. Abertura;

15 2. Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 09/11/2023;

16 3. Atualização das ações do GT Cobrança e apresentação da Minuta do Mecanismo de Cobrança pelo
17 uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos;

18 4. Processo Renovação Comitesinos Gestão 24/26;

19 5. Calendário de Reuniões Ordinárias 2024;

20 6. Deliberação CBHSINOS 110/2023;

21 7. Deliberação CBHSINOS 113/2023;

22 8. Informes;

23 9. Assuntos Gerais.

24 **ATA ORDINÁRIA Nº 09/23 – REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

25 Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de 2023, a plenária do Comitesinos se reúne às quatorze
26 horas, de forma presencial, no Auditório E09 005, Escola de Gestão e Negócios, Unisinos (Av.
27 Unisinos, 950 – Cristo Rei, São Leopoldo – RS, 93022-750). **Abertura:** a presidente Viviane Feijó
28 Machado dá as boas-vindas, agradece a participação dos presentes. Dando início e apresentação do
29 primeiro item da pauta: **2) Análise e aprovação da ata da reunião ordinária – 09/11/2023:** É
30 colocado em apreciação aos membros, sendo aprovada por unanimidade. No próximo item **3)**
31 **Atualização das ações do GT Cobrança e apresentação da Minuta do Mecanismo de Cobrança**
32 **pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos:** Viviane Feijó Machado,
33 traz a plenária a atualização das ações do GT Cobrança, inicialmente apresentando a Lei Estadual
34 10.350/1994, a qual institui os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas e traz algumas

35 outras ferramentas, tais como o plano de bacia, o enquadramento e a cobrança pelo uso da água. Ela
36 reforça a importância desse debate ser feito dentro do Comitês, para que não seja instituído por
37 órgãos externos. O pagamento existe para que aqueles que utilizam a água em seu processo produtivo
38 paguem por isso. Lembra que a cobrança também está instituída na Lei Nacional 9.433/1997, a qual
39 aponta que o pagamento é uma forma de compreender o real valor da água, incentivando o uso racional
40 da água, evitando o desperdício. O principal ponto é o investimento na própria bacia onde o valor foi
41 arrecadado, de forma que a lei já define de onde virão os recursos financeiros para os recursos hídricos
42 do estado, sem que precise disputar com outros setores, como educação, segurança e saúde. Aponta
43 que quem paga são os usuários que retiram água direto do recurso hídrico ou que despejam efluentes,
44 alterando a quantidade ou a qualidade da água para os outros usuários. Quem define o preço, o valor e
45 a fórmula são as plenárias de cada comitê de gerenciamento de bacia hidrográfica. Mais uma vez,
46 reforça que é preciso definir isso dentro do comitê, pois este assunto está sendo judicializado em outros
47 estados, por meio do Ministério Público ou dos governadores, que acabam por definir preços e
48 mecanismos para todos. Quem fará o papel de cobrar e arrecadar o recurso será a agência a ser instituída
49 pelo Estado. O papel do comitê é definir mecanismo e preço, bem como decidir onde e como o recurso
50 será utilizado. O dinheiro arrecadado irá para a agência, que terá a tarefa de dar suporte técnico ao
51 comitê, abrir licitações e fazer contratações, conforme o comitê definir que deve utilizar os recursos.
52 Ela cita alguns exemplos de ações que poderiam ser tomadas. Viviane lê um trecho do plano de bacia
53 que sugere a criação de um Grupo de Trabalho sobre a cobrança pelo uso da água, reitera que o GT
54 instituído pelo Comitês buscou referências para os mecanismos e valores em outras bacias,
55 discutindo de acordo com a realidade do Rio dos Sinos, definiu uma proposta de mecanismo e, a partir
56 disso, vem conversando com os usuários. O plano coloca um prazo de 2 anos de trabalho do GT. Ela
57 lembra que, ao longo do ano anterior, o comitê teve várias capacitações sobre o tema dentro da plenária,
58 trazendo exemplos de outros estados, o funcionamento e como são aplicados em outras bacias do país.
59 Os investimentos nas bacias estão garantindo, inclusive, melhoria na classificação do corpo hídrico.
60 De início, o tema era tratado diretamente na Comissão Permanente de Assessoramento, e contou com
61 a participação do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento – DRHS do Rio Grande
62 do Sul, de forma que nada foi feito às costas do estado. Em paralelo ao GT Cobrança, foi instituído
63 também o GT Plano de Bacia, para contabilizar ações que foram tomadas completa ou parcialmente,
64 bem com o que ainda está faltando. Os resultados desse GT são essenciais para aplicação dos recursos.
65 E finaliza destacando que o mecanismo foi definido com a fórmula mais simples possível.

66 Marco Antônio Mota Amorim (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA) afirma que
67 a agência vem sendo convidada a participar em diversos eventos no Rio Grande do Sul nos últimos
68 dois anos, não apenas nos comitês de bacia, mas também na Frente Parlamentar das Águas. Ele fala
69 das Barreiras sendo colocados no Rio Grande do Sul, que já encontraram em outros lugares e foram
70 superadas. Agora os comitês estão entregando os resultados para a sociedade, e traz exemplos de
71 comitês que entregaram obras. Lembra que o sistema criado no Rio Grande do Sul foi copiado pela

72 união e outros estados, e agora já entregam resultados. Ele menciona os estados que já implementaram
73 a cobrança e os que ainda estão implementando.

74 Viviane Feijó Machado lê o documento do mecanismo proposto pelo GT, e explica as fórmulas e alguns
75 de seus itens.

76 Zolair Fritsch (SINDIQUIM) pergunta quantos da indústria estão presentes, se já foi feito algum
77 cálculo com essas fórmulas, utilizando o valor de -500, e questiona se o usuário de pequeno porte
78 alguma vez terá o cálculo negativo. Ela fala sobre o esforço das indústrias em reduzir seu lançamento
79 de efluentes, e que o parágrafo único, que define pagamento mínimo de 50% da outorga, o que não
80 seria justo com quem faz este esforço. Por fim, lembra sua participação em um GT proposto para
81 revisar a RT 14 do Corpo de Bombeiros, e que, ao chegar no estado, o mesmo instituiu uma RT 15
82 totalmente diferente do que havia sido discutido no ano anterior. Ela pergunta se sabemos que o
83 mecanismo não será mudado pelo governo.

84 Viviane Feijó Machado esclarece que o estímulo é para diminuir a carga orgânica, e quanto menor o
85 efluente, menor será o valor pago. Quando à outorga, não é adequado reservar uma quantidade muito
86 maior do que realmente é utilizada, pois há outros usuários que precisam de água. A intenção é que as
87 pessoas diminuam sua outorga, para que os outros que ainda não são usuários também tenham direito
88 à água. É para ajudar na distribuição também, é a função da lei.

89 Zolair Fritsch (SINDIQUIM) fala sobre a dificuldade de conseguir outorga.

90 Viviane Feijó Machado afirma que, se o usuário quer pagar para garantir esse valor, é escolha do
91 usuário.

92 José Tronchoni (TOPCOM) afirma que a forma de reduzir não é só na quantidade de litros de
93 lançamento, mas também no tratamento do efluente para diminuir a quantidade de DBO, e que é
94 possível diminuir o valor desse lançamento e reduzir outorga. As duas coisas estão associadas.

95 Joel Garcia Dias (SEMAE) diz que o assunto está sendo discutido com alguns anos de atraso, e que a
96 cobrança é necessária para gestão da bacia. Essa fórmula é simples, e incentiva a pessoa a medir o que
97 está captando. Quando foi dito que a FEPAM dificulta outorga, é porque vai faltar água. É consenso
98 que mecanismo correto é a cobrança. Esta fórmula estimula a redução, medição, controle,
99 planejamento.

100 Ana Maria Juliano (CHARRUA) pergunta se o valor da cobrança vai para o fundo de recursos hídricos
101 e se servirá como pagamento ao produtor de água.

102 Viviane Feijó Machado responde que o pagamento ao produtor de água é uma possibilidade, e que
103 depende do comitê, mas que a arrecadação não vai para o fundo.

104 Eduardo Barbosa Carvalho (SENGE RS) saúda o comitê. Ele pergunta se o estudo foi baseado em
105 algum benchmarking de outras instituições, e se haverá flexibilidade após a aprovação. Acredita que a
106 DBO talvez não seja o melhor índice a ser utilizado, e parabeniza o incentivo a outorgas realistas.

107 Viviane Feijó Machado fala que o mecanismo foi baseado nos mecanismos de outros comitês, em
108 outros estados. O valor de 500 é uma média de outros estados, que pareceu segura.

109 Marco Antônio Mota Amorim (ANA) fala que outros comitês fizeram fórmulas complexas que o
110 pagador comum não compreendia. Com isso, os comitês buscaram simplificar suas fórmulas.
111 Copiamos o modelo francês, que tinha muitas variáveis, mas isso é antigo.

112 Marco Muller (CICS Portão) fala que, por falta de informação, foi feito um levantamento, e grandes
113 usuários na bacia são apenas 8. Uma empresa média deve pagar menos de R\$100.000,00 por ano. A
114 maior contribuidora da bacia será a REFAP, estimando R\$1.100.000,00 por ano. Os valores vamos
115 começar a discutir nas próximas semanas.

116 Paulo Robinson da Silva Samuel (ABES) pergunta se a revisão que consta no documento não seria
117 apenas do mecanismo. Parabeniza o Comitesinos e diz que o momento é histórico. Ressalta a
118 importância de tomar uma decisão e a possibilidade de revisar o mecanismo.

119 Marcelo Lucietti Patrício (Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha) afirma que não
120 concorda, pois os arrozeiros não podem repassar o custo para o produto final.

121 Paula Hofmeister (FARSUL) diz que a instituição sempre levantou a preocupação sobre como se dará
122 a cobrança. A principal preocupação é sobre a forma como se dará e qual o valor. A discussão foi
123 levada para a FARSUL, mas os produtores sempre foram contrários. Ressaltando a existência de uma
124 ação judicial tramitando, é preciso estar atentos a essa tramitação.

125 Viviane Feijó Machado reforça que o que está sendo discutido é competência do comitê, e nada pode
126 ser judicializado. É preciso fazer a parte do comitê para que o estado faça a sua.

127 Sílvio Paulo Klein (COMUSA) lembra que a lei não permite que o recurso vá para o caixa único. Uma
128 etapa está sendo cumprida, o estado deve cumprir as outras etapas. A judicialização não tem relação
129 com isso, e propõe que, independentemente deste encaminhamento, seja solicitado formalmente o
130 estudo feito pelo estado.

131 Viviane Feijó Machado esclarece que isso já foi feito, e que o estado já pediu o relatório referente a
132 esse estudo.

133 Rafael Altenhofen (UPAN) lembrou que não havia clareza em relação às ações que o comitê poderia
134 tomar, e que o comitê pode e deve ir além. Ele critica o estado por negligenciar seu dever, observando
135 que o Ministério Público e o judiciário devem ser mencionados com cautela. O Ministério Público tem
136 a função de fiscalizar e recomendar, enquanto o judiciário, quando provocado, tem o poder de garantir
137 o cumprimento da lei. Ele destaca que o Rio Grande do Sul perde competitividade e valor devido ao

138 descumprimento da legislação de gestão hídrica, e alerta sobre a importância de definir instrumentos
139 no Rio dos Sinos para evitar a perda de coletividade e poder de decisão. Além disso, sugere a
140 contribuição para a judicialização, propondo a formatação do mecanismo como norma legal.

141 Ione Bruhn Gutierrez (SINPROCAN) registra que está há 20 anos nesta luta. Afirma que o
142 Comitesinos, mais uma vez, está fazendo a sua parte, enquanto o estado está se esquivando. A lei existe
143 desde 1994 e ainda não foi cumprida.

144 Anderson Etter (SEMAE) faz o reconhecimento do trabalho da atual gestão e parabeniza, mencionando
145 os ex-presidentes presentes e como cada um venceu as barreiras do seu tempo. Reforça que é necessário
146 registrar que este é um debate amplo e democrático. E dá destaque para o papel de pensar enquanto
147 comitê, e não apenas os interesses da categoria.

148 Após as manifestações da plenária sobre o tema, Viviane coloca para apreciação da plenária a
149 continuidade dos estudos e aprovação do Produto 1 - MECANISMOS DE COBRANÇA PELO USO
150 DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS SINOS. O mecanismo foi
151 posto em votação. Aprovado com 4 abstenções e 2 votos contrários.

152 Dando continuidade à pauta a Secretária Executiva Kely Boscato Pereira apresenta o item: **4) Processo**
153 **Renovação Comitesinos Gestão 24/26:** Kely contextualiza a situação do processo de renovação do
154 Comitesinos para a gestão 2024 – 2026. Lembrando que, em agosto, O Comitesinos encaminhou ao
155 CRH a solicitação de prorrogação da gestão atual por até 4 meses, considerando a dificuldade de
156 mobilizar a comunidade durante período de férias para as eleições. A proposta foi apresentada na
157 reunião do Conselho em outubro e aprovada. No entanto, após o encaminhamento dos tramites internos
158 da SEMA para publicação no D.O., o CRH, foi informado, da negativa da Assessoria Jurídica da SEMA
159 referente a prorrogação do mandato da atual gestão. Solicitando assim ao Comitesinos a abertura
160 imediata do processo para publicação do aviso de cadastramento de entidades. Diante da urgência, a
161 diretoria do Comitê entrou em contato com todos os membros, via e-mail, contextualizando sobre a
162 situação e ressaltando sobre a urgência da composição da Comissão Eleitoral, para a realização da
163 solicitação da abertura do processo em tempo hábil ao final da gestão. Após o retorno, a comissão foi
164 devidamente formada e encaminhada ao CRH. No entanto, mesmo após a solicitação atendida, a
165 resolução não foi publicada. Novamente a diretoria questionou a SEMA, e foi informado que estavam
166 reavaliando a prorrogação. Na última reunião do CRH, foi apresentada uma resolução estendendo a
167 gestão de 9 CBH por 180 dias, visando sair do período de verão. Considerando a publicação desta
168 resolução, o processo eleitoral será iniciado após o término do verão. Kely apresenta para chancela da
169 plenária os nomes da comissão eleitoral, e ressalta que o critério foi a ordem de inscrição, havendo
170 uma lista de espera para desistência ou troca de representante. A composição da comissão eleitoral,
171 composta por Marco Muller (CICS Portão), Ione Bruhn Gutierrez (SINPROCAN) e Elton André Dürr
172 (STAF Rolante Riozinho).

173 **5) Calendário de Reuniões Ordinárias 2024:** Viviane Feijó Machado apresenta o calendário,
174 mantendo a preferência para a segunda quinta-feira de cada mês. Rafael Altenhofen (UPAN) sugere
175 uma mudança na data das reuniões, transferindo para a primeira quinta-feira do mês, não mais a
176 segunda, devido a conflitos de agenda com as reuniões do CONSEMA, demais membros ressaltam
177 sobre essa sobreposição de agenda. Viviane Feijó Machado reforça a importância de se fazer as
178 reuniões de forma presencial. E coloca em votação, a mudança das reuniões plenárias para a primeira
179 quinta-feira do mês. Foi aprovado, assim como o novo calendário de reuniões plenárias.

180 **6) Deliberação CBHSINOS 110/2023:** A presidente Viviane Feijó Machado solicita que os membros
181 da plenária contribuam com a deliberação, visto que a receberam por e-mail. Não houve alterações em
182 relação a apresentada nas reuniões anteriores.

183 **7) Deliberação CBHSINOS 113/2023:** Rafael Altenhofen (UPAN) afirma que, na reunião do Fórum
184 do Arroio Sapucaia na última terça-feira, apresentou uma iniciativa para complementar a proposta da
185 APA. Ele diz que estão explorando a legislação federal de unidades de conservação, especialmente os
186 mosaicos de unidades de conservação, em conformidade com a Lei Federal. E que estão sendo
187 mapeadas as delimitações das unidades existentes na região metropolitana, desde os parques
188 municipais de São Leopoldo até os parques estaduais, incluindo RPPNs e aqueles que constam nos
189 municípios, mas ainda não foram reconhecidos. Além disso, está sendo criado um mosaico que engloba
190 esses morros, alinhando-se ao conceito de geossítios, diretrizes dos planos de bacia e à ideia de reserva
191 da biosfera da Mata Atlântica. O objetivo é trabalhar aspectos de conectividade e elementos que possam
192 fortalecer os planos de manejo, reduzindo conflitos. O plano é realizar uma reunião presencial em
193 março, na REFAP, com a presença dos comitês Gravataí e Sinos para incorporar esses conceitos. Em
194 complemento, Ana Maria Juliano (CHARRUA) faz uma fala explicando o arco dos morros e a ideia
195 de uma Área de Preservação Permanente para este.

196 As deliberações 110 e 113/2023 serão apresentadas em outra reunião para aprovação.

197 **8) Informes:** Viviane da o retorno aos membros da plenária sobre o evento do Ministério Público para
198 elucidação do tema cobrança pelo uso da água, ressaltando o convite realizado a todos os comitês de
199 bacia para participarem. Houve comitês contrários e favoráveis. Sobre o Projeto VerdeSinos informa
200 que a IV Etapa está encerrando. O comitê está finalizando os detalhes, está sendo avaliada uma data
201 juntamente com os parceiros para realização de um seminário de encerramento e apresentar os
202 trabalhos realizados para à comunidade da bacia. Uma prestação de contas do trabalho que está sendo
203 desenvolvido. Agora, a V Etapa está sendo encaminhada com a Petrobrás, e será mostrado à plenária
204 assim que estiver definido.

205 **9) Assuntos Gerais:** Não houve inscrições para assuntos gerais.

206 A presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. E, para constar, eu, Kely Boscato
207 Pereira, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela presidente, pelo vice-
208 presidente e por mim.

209 Anexo: lista de presença.

210

211

212

São Leopoldo, 14 de dezembro de 2023.

213

214

215

216

217 Kely Boscato Pereira
218 Secretária Executiva

Daniel Pereira
Vice-presidente

Viviane Machado Feijó
Presidente

219

220

221